XV ENCAC Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído
XI ELACAC Encontro Latino-Americano de Conforto no Ambiente Construído
JOÃO PESSOA | 18 a 21 de setembro de 2019

ACESSIBILIDADE E BARREIRAS ATITUDINAIS: A IMPORTÂNCIA DE UMA METODOLOGIA EDUCACIONAL E INFORMATIVA

Larissa Scarano P. M. da Silva (1); Érica A. Modesto (2); Eryane V. Lima (3); Hendyara Castro de S. Leão (4); Karoline P. de Paulo (5); Taiane de C. Macedo (6)
(1) Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Arquiteta e Urbanista, larissascarano@hotmail.com,
(2) Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFS, Arquiteta e Urbanista, ericaandrademodesto@gmail.com,
(3) Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC, Arquiteta e Urbanista, eryanevieira@yahoo.com.br,
(4) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFS, hindya.souza@gmail.com,
(5) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFS, karolinedepaulo@gmail.com,
(6) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFS, taiane.c08@outlook.com

RESUMO
Esse artigo origina-se do Projeto de Extensão "Acessibilidade no Campuslar-UFS: Proposta de Rota Acessível do Ambiente Construído", realizado pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no ano de 2018, que buscou durante seu desenvolvimento solucionar tanto as problemáticas de ordem física, quanto comportamentais, que se apresentavam como barreiras à autonomia de circulação, uso e permanência do ambiente construído. Abordando em especial a esfera das barreiras atitudinais, ou seja, aquelas criadas pelo comportamento dos usuários dos espaços da cidade, esse artigo busca então comunicar as experiências metodológicas educativas informativas, aplicadas e desenvolvidas durante a extensão, que visavam a diminuição de tais barreiras por meio do desenvolvimento de conhecimento sobre a importância da inserção da escala humana no processo de projeto, em especial para a acessibilidade. Assim como a grande influência que as pessoas, como agentes formadores e desfrutadores de tais espaços desenvolvidos, possuem na qualidade de vida dos demais usuários.
Palavras-chave: acessibilidade, ambiente construído, barreiras atitudinais.

ABSTRACT
This article is based on the Extension Project "Accessibility in Campuslar-UFS: Proposal of an Accessible Route of the Built Environment". It was done by Architecture and Urbanism course of Universidade Federal de Sergipe, in 2018. The project sought to solve both physical and behavioral problems presented as barriers to the autonomy of circulation during its development, use and staying of the built environment. Addressing the sphere of attitudinal barriers in particular, that is, those created by the behavior of the users of the spaces of the city, this article seeks to communicate the informative educational methodological experiences, applied and developed during the extension project, that aimed to reduce such barriers through the development of knowledge about the importance of inserting the human scale into the design process, especially for accessibility, as well as the great influence that people, as forming agents and enjoyers of such developed spaces, have in the quality of life of the other users.
Keywords: accessibility, built environment, attitudinal barriers.

1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade plena é assegurada pela Constituição Brasileira de 1988, tal direito garante a igualdade como um dos valores supremos da sociedade, sem preconceito algum, incluindo a dignidade do ser humano e o direito à cidadania. Acessibilidade é assim, antes de mais nada, um conjunto de medidas e comportamentos que permite a todos os cidadãos, o direito de locomoção e permanência de forma segura e confortável. Logo, é importante para a plenitude de suas competências, que ela não vise atender de forma específica um dado grupo de pessoas, no caso, aquelas com deficiência, mas sim a toda a sociedade, garantindo um espaço construído que atenda pessoas com características e capacidades diversas, evitando dessa forma a perpetuação de um processo de segregação socioespacial. (OLIVEIRA, 2010).

Dessa forma, considerando a influência direta que o espaço tem na qualidade da vida das pessoas que o utilizam, e dele dependem, se faz natural a necessidade da contínua participação dessas tanto no processo de projeto, quanto após sua execução, a exemplo a sua inclusão no processo de Avaliação Pós-Ocupação (APO). Por meio da metodologia do passeio *walkthrough*, foi realizado um diagnóstico do espaço edificado do Campus de Laranjeiras (Campuslar) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), assim como de suas rotas de acesso.

O Passeio *Walkthrough*, segundo Rheingantz et al. (2009), considera as experiências e emoções vivenciadas pelos usuários e pesquisadores como "instrumentos de medição" e de "identificação da qualidade" dos ambientes. Esta metodologia consiste no deslocamento de usuários entrevistados – no caso deste estudo, pessoas com algum tipo de restrição –, por uma rota previamente estabelecida. Durante todo o processo o pesquisador não deve realizar nenhum tipo de intervenção ou auxílio ao entrevistado, realizando apenas a documentação (anotações, fotografias e gravações) das observações apontadas por esse.

Cabe ressaltar que, em respeito à dignidade humana, seguiu-se recomendações da Resolução CNAS nº 466/12 na elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este, que foi apresentado pelos monitores antes de iniciar as atividades que envolviam os convidados, esclareceu sobre os objetivos, a importância da pesquisa, os riscos e outros pontos relevantes, assegurando assim que o investigador não viesse a sacrificar o bem-estar dos participantes em prol de alcançar resultados para seus objetivos de pesquisa.

No trajeto realizado com os dois entrevistados, uma pessoa em cadeira de rodas e uma mulher com deficiência visual, foram apontadas uma série de problemáticas tanto da esfera física, quanto comportamental, que se tornavam barreiras à autonomia de locomoção e ao conforto de todos os usuários. Para ambos, tais barreiras se tornavam por muitas vezes, em um total impedimento de acesso aos espaços.

Ao passo em que as barreiras físicas podem ser sanadas por meio de um projeto de reforma, parte dos objetivos do projeto de extensão, as barreiras atitudinais, ou seja, aquelas geradas pelo comportamento das próprias pessoas, e que se apresentaram alarmantemente durante o passeio acompanhado, só podem ser resolvidas por meio da mudança comportamental de seus agentes.

Motos estacionadas na calçada e mobiliário fora de lugar (Figura 1), são exemplo de barreiras atitudinais detectadas durante o passeio acompanhado e que dificultam ainda mais a autonomia de locomoção das pessoas com deficiência (PCD). Outro grande problema constatado foi o fato de as pessoas não interagirem diretamente com a deficiente visual, preferindo sempre direcionar sua fala para os pesquisadores acompanhantes, mesmo quando a entrevistada iniciava o diálogo. Quando pedido para estes comunicarem-se diretamente com a deficiente ficou perceptível o quanto a sociedade de modo geral não está instruída para interagir com pessoas que apresentam limitações. O atendente do Bureaux de Informação Turística de Laranjeiras entregou à convidada um mapa impresso em papel comum, sem nenhuma textura ou indicação tátil, e um funcionário da UFS respondeu com informações gestuais, apontando o caminho para chegar ao destino indagado.



Figura 1 - Barreiras atitudinais encontradas durante o passeio acompanhado com deficiente visual (AUTORAS, 2018).

Por consequência, fez-se objetivo e necessidade durante o processo de desenvolvimento da extensão, a realização de diversas ações que visavam comunicar, informar e educar tanto os profissionais e estudantes de

arquitetura, quanto ao público geral, não só na temática e importância da acessibilidade, como também a influência que ações praticadas no cotidiano tem aos demais usuários do espaço.

Dessa forma, esse artigo parte do Projeto de Extensão "Acessibilidade no Campuslar-UFS: Proposta de Rota Acessível e Adaptação do Ambiente Construído", realizado pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da UFS, no ano de 2018, que por meio de ações efêmeras e educativas, como workshop, panfletagem e intervenções diretas no ambiente construído, teve como parte de suas intenções trabalhar a inserção da escala humana no processo de projeto, assim como seu papel como agentes na acessibilidade espacial das cidades. Vale destacar que o objeto de estudo da extensão, um campus de Universidade Federal, não se encontra de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão que garante às pessoas com deficiência o acesso à educação superior "em igualdade de oportunidades e condições como as demais pessoas" (BRASIL, 2015).

2. OBJETIVO

Esse trabalho teve como objetivo, por meio de diversas ações educativas e informativas, explicar o conceito da acessibilidade, sua importância, e influência na qualidade de vida das pessoas, gerando debates e conhecimento sobre suas competências, tanto para aqueles dentro, quanto fora do âmbito acadêmico. Visando assim, a ampliação de pessoas conscientes de suas ações, evitando por sua vez a perpetuação desses agentes como formadores de barreiras atitudinais, tanto nos espaços públicos, como nos ambientes construídos.

3. MÉTODO

A partir da APO, auxiliada pelo passeio acompanhado que compreendeu as rotas externas de acesso aos edifícios da UFS (Figura 2), e as internas para acesso a salas e laboratórios, realizado com pessoas que apresentam deficiência física visual e motora, onde fatores positivos e negativos, físicos e comportamentais foram observados, formulou-se uma metodologia que atingisse a esfera das barreiras atitudinais.



Figura 2 – Percurso do Passeio Acompanhado (AUTORAS, 2018).

Tal metodologia, realizada por meio de três ações distintas, se basearam em um processo educativo/informativo não só de estudantes e profissionais que atuam na área, assim como da população como um todo. As três ações consistiram em: 1) Ação no estacionamento da UFS, que se compreendeu em alterações físicas diretas, e não permanentes do espaço público; 2) Workshop, que se desenvolveu tanto nas competências teóricas, quanto práticas do tema; e 3) Panfletagem, que consistiu na distribuição de cartilhas informativas no Calçadão de Laranjeiras.

3.1 Ação no estacionamento da UFS

Essa ação durou um dia e a atividade teve como finalidade realizar a demarcação das vagas e da faixa de pedestre, garantindo mais segurança e conforto para todos, além de conscientizar as pessoas a não estacionarem nas faixas de pedestres, assim como não utilizar indevidamente as vagas reservadas.

3.1.1. Demarcação de vagas

Foram colocados cones para delimitar as vagas de estacionamento de forma a organizar o sentido das vagas. Percebe-se na Figura 3 veículos estacionados de forma aleatória, sem seguir um sentido único.



Figura 3 - Demarcação de vagas de estacionamento (AUTORAS, 2018).

3.1.2. Pintura da faixa de pedestre e vagas prioritárias

Foi realizada a pintura da faixa de pedestre de modo a torná-la mais visível (Figura 4), pois como se trata de um centro histórico, a demarcação da faixa acontece apenas com a mudança de sentido de assentamento das pedras. Também foi pintado as vagas prioritárias que não havia nenhuma demarcação (Figura 5).



Figura 4 - Pintura da faixa de pedestres (AUTORAS, 2018)



Figura 5 - Demarcação de vagas prioritárias (AUTORAS, 2018)

3.2. Workshop

A segunda ação foi a realização do Workshop “Projetar para Todos: Por uma cultura arquitetônica mais inclusiva”, que iniciou no dia 03 de dezembro de 2018, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e contou com o apoio da Organização Não Governamental (ONG) Iluminar, voltada para a inclusão social de pessoas com deficiência visual, e do Laboratório de Acessibilidade (Lacesse) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a Profa. Dra. Angelina Dias Leão Costa, responsável pelas palestras e oficinas.

As inscrições gratuitas e sem restrições de público ou profissão, atraiu estudantes, arquitetos e profissionais de diversas áreas. Contamos que a presença de membros do departamento de Divisões de Ações Inclusivas (DAIN) da UFS, profissionais do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), vereadores, pedagogos e estudantes de outros cursos e de universidades particulares.

3.2.1. Palestra

A palestra teve como tema principal a discussão sobre o que é acessibilidade, bem como amostra de exemplos de locais públicos em diversas partes do mundo em que ela é ou não contemplada (Figura 6). A discussão focou ainda em conscientizar quanto ao fato da acessibilidade não ser algo limitado apenas às pessoas com deficiência permanente ou mobilidade reduzida, mas que atinge também o idoso, gestantes, pessoa com membro temporariamente mobilização devido à fratura ou similar, entre outros.



Figura 6 – Palestra (AUTORAS, 2018).

Foi apresentado ainda dois curtas de animação com intuito de sensibilizar a plateia. Out of Sight (2010) que conta a história de uma menina cega que tem sua percepção de mundo desafiada quando seu cão guia sai correndo atrás de um bandido que roubou a bolsa dela; e Cuerdas (2014) que narra a amizade entre um garoto com paralisia cerebral e sua colega de classe que faz de tudo para que ele se divirta e participe das brincadeiras.

Vale destacar que é primordial a presença de ledores para auxílio aos deficientes visuais durante a apresentação de slides, bem como um intérprete de libras ou outra pessoa apta para fornecer quaisquer auxílios necessários aos inscritos com deficiência, de modo que todos possam participar ativamente.

3.2.2. Dinâmica e divisão de grupos

Aplicação de dinâmica em grupo “qual animal você seria?” para interação dos inscritos. Estes colaram notas autoadesivas na parede com a indicação do animal escolhido, acrescido de nome, idade e ocupação (Figura 7). Todos estes dados foram considerados para divisão os grupos da oficina de modo a mesclar profissionais de diferentes áreas, bem como alunos de arquitetura de diversos períodos (Figura 8).



Figura 7 - Notas autoadesivas na parede (AUTORAS, 2018)



Figura 8 - Dinâmica em grupo (AUTORAS, 2018)

3.2.3. Análise de percurso

Definição de uma área onde as equipes realizaram um percurso livre com o intuito de apontar suas problemáticas e criar soluções de acessibilidade para o trecho analisado (Figura 9). Para esse workshop foi delimitado uma área dentro do Campus São Cristóvão da UFS, contemplando o prédio da reitoria, a biblioteca e a praça Memorial da Democracia (Figura 10). A presença de pessoas com deficiência (PCD) nas equipes contribuiu significativamente para um melhor entendimento prático dos problemas existentes na área.



Figura 9 - Grupos percorrendo área para análise (AUTORAS, 2018).

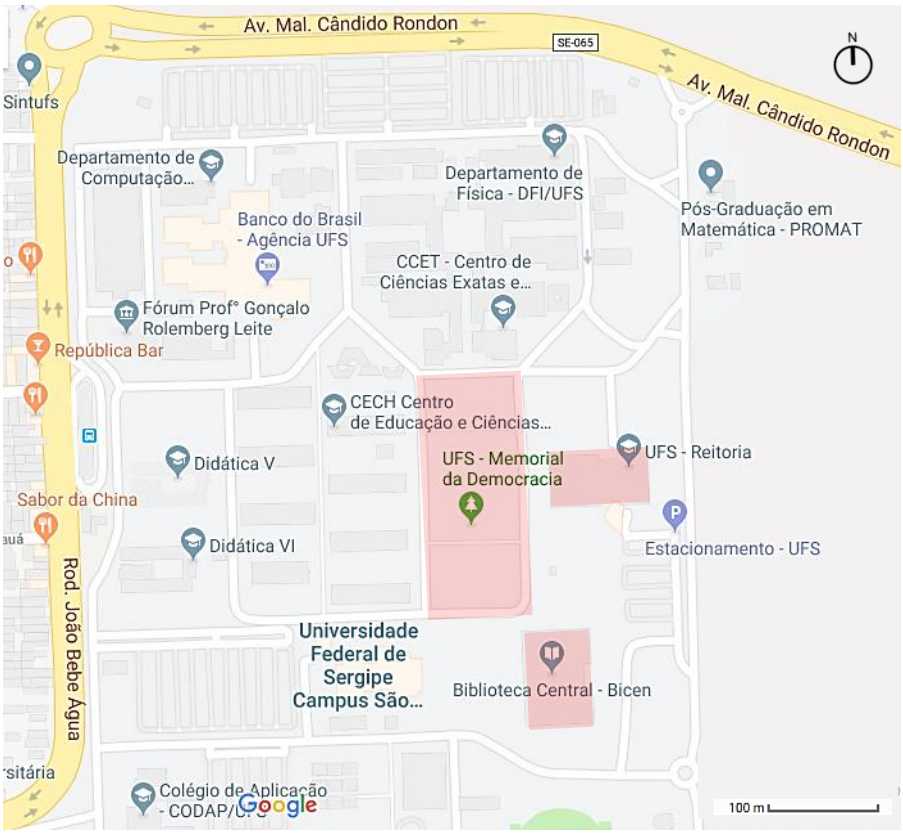

Figura 10 - Campus São Cristóvão-UFS. Em destaque, prédios que delimitaram a área a ser analisada (GOOGLE MAPS, 2019, editado pelas autoras).

3.2.4. Oficina de projetos

Equipes alocadas em diferentes mesas receberam material para desenho (canetinha, lápis e papel A2) onde discutiram sobre os problemas observados e criaram propostas para saná-los (Figura 11). As propostas concluídas foram fixadas na parede e cada equipe apresentou seus problemas e soluções discutindo visões diferentes para o mesmo espaço de intervenção. Os grupos formados por perfis e profissionais tão diversos, resultou em soluções bem variadas, servindo de aprendizado e inspiração para todos os envolvidos.

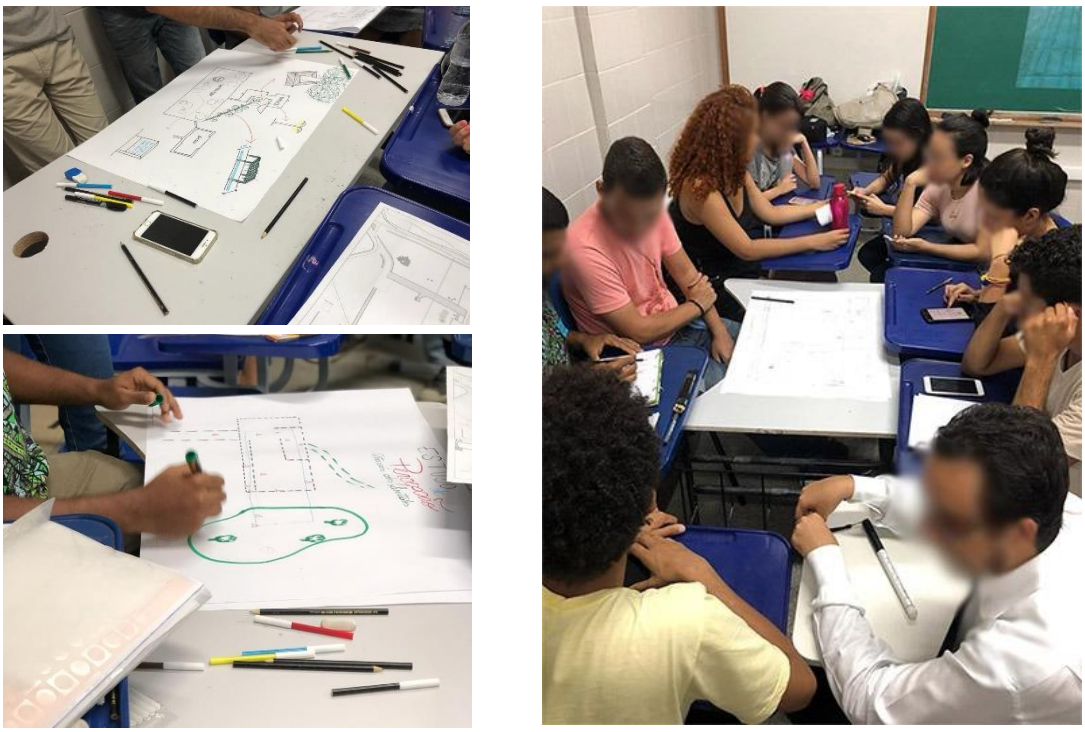

Figura 11 - Oficina de projetos (AUTORAS, 2018).

3.3. Panfletagem

Com o intuito de expandir a ação do Workshop Projetar para Todos, foram distribuídos, no dia 05 de dezembro de 2018, no calçadão de Laranjeiras, cartilhas e panfletos cedidas à equipe de extensão pela ONG Iluminar. As cartilhas abordam a importância da comunicação inclusiva demonstrando termos apropriados e inapropriados a uma pessoa com deficiência.

3.3.1. Panfletagem na comunidade

Realizada a panfletagem que teve como objetivo instruir e atentar a população para atitudes simples diárias que devem ser evitadas a fim de não criar barreiras (Figura 12). A cartilha instrui a postura correta a ser adotada em determinadas situações como uma forma de diminuir o desconforto e a exclusão de pessoas com deficiência na sociedade. O panfleto "calçada livre e acessível a todos" sugere atitudes a ser evitadas, permitindo a mobilidade de todos, e o de "vagas exclusivas" aponta para reflexão ao usar, indevidamente, as vagas reservadas a pessoas com deficiência física motora ou idosos. Mais do que a limitação física que esses grupos já possuem, a postura inadequada de outras pessoas aumenta suas dificuldades.



Figura 12 - Panfletagem na comunidade (AUTORAS, 2018).

3.3.2. Multa cidadã

Acompanhando as cartilhas foi também aplicado uma "multa cidadã" (Figura 13), que é uma forma de alertar a população de forma educativa, posta em veículos em que seu posicionamento no espaço público impedia acesso a rampas, faixas de pedestres, ou encontravam-se estacionados em vagas inadequadas ou na calçada.



Figura 13 – Aplicação de multa cidadã em veículos estacionados indevidamente. Faixa de pedestre, rampa e multas em destaque. (AUTORAS, 2018).

4. RESULTADOS

As ações realizadas na extensão alcançaram três diferentes grupos de pessoas: 1) Estudantes e profissionais da área de arquitetura e urbanismo; 2) a comunidade de modo geral; e 3) o poder público.

4.1 Aperfeiçoamento e sensibilização de estudantes e profissionais da arquitetura

As oficinas, palestras e debates da extensão foram essenciais para a sensibilização dos estudantes e profissionais da área de arquitetura e urbanismo quanto a maneiras de inclusão. Além da conscientização sobre a importância de projetar para todos, foi também reforçado o alerta quanto à questão de o projeto acessível já ser concebido concomitantemente aos demais projetos e não de forma isolada e posterior, para assim garantir que a acessibilidade esteja presente em todos os ambientes do projeto por meio do desenho universal.

As propostas resultantes do workshop, após apresentação das equipes, receberam pequenas observações por parte da doutora palestrante, visando corrigir os projetos que poderiam vir a segregar as PCD ou que apresentavam qualquer outro equívoco, reforçando a importância de uma solução arquitetônica que contemple a todos igualmente (Figura 14).



Figura 14 - Apresentação das soluções propostas no workshop (AUTORAS, 2018).

Quando pedido que cada participante escrevesse em uma nota autoadesiva uma única palavra que representasse o conteúdo assimilado no workshop, foi comprovado o resultado positivo da ação.

Conhecimento, empatia, percepção, clareza, sensibilidade, humanismo, avanço, conscientização, informação, inclusão e diversidade foram algumas das palavras escolhidas (Figura 15).



Figura 15 - Mural com percepção dos integrantes sobre conteúdo do workshop (AUTORAS, 2018).

4.2 Conscientização da comunidade

Como forma de instruir e alertar a comunidade, a panfletagem e a ação no estacionamento da UFS apontaram ações cotidianas que podem ser evitadas com bom senso e empatia, conseguindo eliminar, mesmo que temporariamente, algumas barreiras atitudinais no tocante ao estacionamento indevido e direito de circulação.

4.3 Intervenção da Prefeitura

Um dia de intervenção não é o suficiente para uma mudança de comportamento já enraizado. Apesar de as pessoas continuarem a estacionar os carros seguindo o alinhamento proposto na ação, os veículos voltaram ao hábito de estacionar indevidamente na faixa de pedestres e calçadas. A ação, porém, serviu de iniciativa para a Prefeitura de Laranjeiras que se utilizou de cones e realizou de forma pontual a demarcação das vagas de estacionamento e a sinalização da faixa de pedestres (Figura 16).



Figura 16 - Ação pontual da Prefeitura de Laranjeiras - SE (AUTORAS, 2018).

5. CONCLUSÕES

Pode-se concluir desse trabalho, então, a importância que o homem tem tanto no processo de projeto, como após sua conclusão. Mais que um objeto estático, os espaços, enquanto palco de ações diárias, se apresentam

em constante mudança, e tem seus usuários como sua maior variável de tais alterações, principalmente quando se observa a questão da acessibilidade no espaço construído. Ultrapassando a esfera física, pode ser observado o nível de influência que as ações humanas possuem no direito à cidade, não só no que se refere a pessoas com limitações físicas permanentes ou transitórias, mas também da população geral.

Além disso, observa-se que grande parte da manutenção dos processos segregacionistas que ocorre no espaço se deve à falta de instrução, tanto de estudantes e profissionais que trabalham as questões da acessibilidade nos espaços públicos e edificados, quanto da população como um todo. Dessa forma, o processo de conscientização realizado pelas metodologias educativas e informativas não só permitiu um observar mais atento a tais barreiras atitudinais pelo público que participou dessas atividades, como também alertou aos próprios órgãos públicos a usarem de seu poder para intervir para uma melhor equidade do espaço da cidade.

Avançado as questões que atingem o direito de circulação e permanência do espaço construído, percebeu-se também que as barreiras atitudinais se referem à capacidade de uma adequada comunicação com pessoas com algum tipo de limitação. A falta de preparação e contato tanto de funcionários da UFS, quanto do público geral, com pessoas com algum tipo de deficiência, se refletiam tanto em terminologias ofensivas e incorretas, quanto na total incapacidade de orientação e discurso com as mesmas.

Tais processos, tanto o comunicativo, quanto o de influência no espaço físico, apresentaram uma considerável mudança no decorrer e no momento pós ações, sejam por pessoas que participaram ativamente, ou por aquelas que foram alvo das mesmas. Pode-se concluir, por fim, a importância que o processo educativo possui no impedimento de tais barreiras atitudinais, formando assim agentes que além de não os criarem ou perpetuarem, igualmente alertam e impedem que demais pessoas o realizem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

CUERDAS. Direção e roteiro: Pedro Solis Garcia. Espanha, 2014 (10 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4INwx_tmTKw>. Acesso em: 03 dez. 2018.

OLIVEIRA, Lilia Candella de. **Visibilidade e participação política:** Um estudo no Conselho Municipal da pessoa com deficiência em Niterói. 2010. 178 Fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.

OUT OF SIGHT. Direção: Ya-Ting Yu. Composição: Ya-Husan Yeh. Animação e coloração: Chung Ling. Local: Universidade Nacional de Artes de Taiwan, 2010 (5 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4qCbiCxBd2M>. Acesso em: 03 dez. 2018.

RHEINGANTZ, Paulo A., et al. **Observando a qualidade do lugar:** Procedimentos para a avaliação pós ocupação. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.